

Senhor Presidente

Senhores Deputados

Enuncio, a seguir, mais pormenorizadamente, as diretrizes que me proponho desenvolver em alguns dos setores da Administração:

ESCOLHA DAS PRIORIDADES

Não foi sem intenção muito especial que coloquei a Educação e a Agricultura na primeira linha das áreas de ação, de modo a sublinhar a importância de que se revestem, ambas, no rol de prioridades a serem atendidas num programa de administração. Os excelentes resultados conseguidos no plano econômico nacional, conjugando uma aceleração, sem precedentes, do ritmo de crescimento com a gradual redução das taxas de inflação, têm permitido, mais recentemente, a tomada de medidas concretas no sentido de se ampliar, cada vez mais, a participação integral da coletividade nos esforços e nos benefícios do desenvolvimento. Essas medidas e a ênfase atribuída às atividades da exportação, da agricultura e da educação, demonstram que não houve simples intenção, mas o uso efetivo de instrumentos válidos.

Na verdade, as condições em que se processou a intensa industrialização do Estado, ao longo da década dos cinquenta e nos primeiros anos da década que passou, tiveram como resultante o agravamento das disparidades internas. A observação cuidadosa dessas disparidades nos leva à convicção de que se torna possível explicá-las, em grande parte, em termos de alguns fatores essenciais. O primeiro, de fundo econômico, é caracterizado pela acentuada concentração populacional dos grandes centros urbanos e está intimamente associado ao grande surto da industrialização, relativamente às demais atividades produtivas. Por essa razão, costuma-se identificar a industrialização com o desenvolvimento econômico. Subestima-se, contudo, nessa concepção, o papel fundamental da Agricultura, que, sendo cronologicamente o primeiro estágio econômico de importância, constitui-se, freqüentemente, na base daquele desenvolvimento. Na economia brasileira e, em especial, na economia paulista, durante longos anos a agricultura foi o fator gerador de recursos materiais, humanos e financeiros para o desenvolvimento industrial.

Aquela concepção era admissível num período em que se procurou dar o arranque inicial à configuração de uma sociedade industrial. Os problemas que começaram a surgir nos primeiros anos da última década, e só melhor compreendidos mais recentemente, permitiram, todavia, que se verificasse a necessidade de nova orientação no processo de desenvolvimento de São Paulo, e, em geral, de todo o País. A Agricultura deve ser estimulada para que se adapte ao presente estágio da economia do Estado, mesmo porque o desenvolvimento será tanto mais efetivo quanto maior a parcela da sociedade que nela esteja integrada. A recolocação da Agricultura, como elemento prioritário da política de desenvolvimento, conjugada à abertura para o comércio exterior, deverá constituir uma das bases para o desenvolvimento futuro da indústria, seja pela ampliação do mercado interno, seja pela abertura de novas oportunidades no mercado externo.

A expansão agrícola surge, portanto, como uma das metas de meu Governo e instrumento da interiorização do desenvolvimento e da recuperação das áreas relativamente estagnadas do Estado.

A redução das disparidades entre os diversos setores conduzirá à maior participação do interior na vida econômica do Estado, tornando mais eqüitativa a fruição dos benefícios gerados pelo processo de desenvolvimento. De fato, essa orientação, complementada pelo estímulo às atividades voltadas à exportação, inclusive de produtos manufaturados, representa mais do que simples mudança quantitativa. Consubstancia modificação qualitativa que deverá permitir à economia paulista e a todo o País o ingresso em fase de desenvolvimento acelerado, que se caracterize fundamentalmente pela participação mais intensa de todos os ramos de atividade.

Essa diretriz terá como contrapartida a reorientação gradual do orçamento de investimentos. Assim, serão intensificados os investimentos que se destinem às atividades ligadas ao suprimento de insumos modernos e ao alargamento de sua utilização, mediante o fornecimento de sementes, a realização de pesquisas agrônômicas e genéticas e a difusão de novas técnicas, inclusive por meio de conhecimentos especializados, a serem ministrados ao homem do campo. Na infra-estrutura dos transportes e da comercialização serão destinados recursos, em caráter prioritário, a todos os serviços que, no Estado, tenham por incumbência transferir a produção, da origem aos seus destinos, no mercado interno ou externo.

Ao lado da Agricultura, entre os fatores básicos que explicam as apontadas disparidades e cujo caráter prioritário também somente nos últimos anos se reconheceu, figura a Educação. Ao reconhecimento dessa prioridade, inclusive pelo Governo Federal, deve seguir-se atuação ordenada e eficaz, lançando-se mão de todos os meios disponíveis, de modo a fazer-se com que a Educação assuma o papel fundamental, que lhe cabe na sociedade, propiciando a democratização de oportunidades. Não bastará, contudo, dar escola a todos, mas também compatibilizar esse objetivo com as necessidades qualitativas do desenvolvimento. Num Estado em que quase metade da população conta menos de 20 anos de idade e no qual o desenvolvimento industrial depende intimamente da formação de recursos humanos, não é difícil avaliar a magnitude da tarefa a ser cumprida.

Não cabe nesta exposição descer a pormenores, mas apenas enunciar prioridades indicativas da política a ser adotada na área da Educação, em sintonia com a orientação federal. É preciso que as escolas se situem de modo a serem atendidas as necessidades da população. O Governo se empenhará no estudo e na execução de medidas que visem a racionalizar a localização das escolas, inclusive e principalmente no interior do Estado, o que permitirá, ao mesmo tempo, maior aproveitamento da capacidade do sistema já instalado. A existência de grande número de jovens que não conseguiu ingressar em cursos universitários é notória; e suas causas não se prendem apenas à insuficiência de vagas, mas, também, e talvez especialmente, na incapacidade do ensino de nível médio quanto ao oferecimento de opções válidas, inclusive do ponto de vista profissional. Assim, ao lado da expansão quantitativa do ensino superior, especial ênfase será dada aos problemas do ensino médio.

Além disso, procurar-se-á, na coordenação da atividade do Poder Público com o ensino particular, obter o máximo de rendimento social na aplicação dos recursos destinados à Educação. Dever-se-á, outrossim, intensificar as relações entre a Universi-